**ATA DA 47ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 4 DE JUNHO DE 2019.**

**PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR**
**1º SECRETÁRIO: VEREADOR CARLOS MUNIZ**
**2º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA**

Compareceram os senhores vereadores: ALEX MINE, ALFREDO MANGUEIRA, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CEZAR LEITE, DEMÉTRIO OLIVEIRA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, FÁBIO SOUZA, GERALDO JÚNIOR, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LORENA BRANDÃO, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARCOS MENDES, MARTA RODRIGUES, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRO GODINHO, RICARDO ALMEIDA, SABÁ, SÉRGIO NOGUEIRA, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA, TOINHO CAROLINO e VADO MALASSOMBRADO, estando licenciado o vereador HÉLIO FERREIRA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 99/19 do Gabinete do Vice-Prefeito em resposta a pleito da CMS; Projeto de Indicação n. 314/19 do vereador Marcos Mendes; e Requerimentos de licenças de vereadores. Terminada a leitura do Expediente, no **Pinga-Fogo**, o vereador Moisés Rocha parabenizou o vereador Vado Malassombrado por atividade comunitária que desempenhava aos fins-de-semana. Lamentou não ter sido possível uma discussão mais ampla sobre o

Projeto do Estatuto da Igualdade Racial, aprovado na semana anterior, e agradeceu ao senhor presidente pela votação do Projeto. Pela mesma razão, agradeceu aos membros da Comissão de Reparação e ao vereador Alfredo Mangueira, afirmando que ele propiciou um bom diálogo. Agradeceu ainda ao diretor legislativo Carlos Neto e ao assessor parlamentar Leonardo Queiroz. Elogiou o enfrentamento exercido, durante os debates sobre o Projeto, pelo vereador Henrique Carballal e citou comentário do senador Paulo Paim sobre o Estatuto da Igualdade Racial nacional, sobre a necessidade de se seguir olhando para a frente. Defendeu que se dirimissem dúvidas e que se respeitassem as posições diferentes, e refutou que o Estatuto discriminasse negros de religiões não-afrodescendentes, esclarecendo que o diploma era voltado ao negro como um todo e tratava de religião apenas quanto ao preconceito sofrido pelas religiões de matriz africana. Em comunicação inadiável, o vereador Henrique Carballal rebateu declarações contra si feitas pelo secretário municipal do Trabalho, Esportes e Lazer, Alberto Pimentel. Afirmou que não ofendera qualquer pessoa e que descabiam, pois, as ofensas declaradas. Afirmou ainda que o secretário desconhecia a política local, pois sempre fizera política em Feira de Santana e teria adentrado o Executivo de Salvador por força política da esposa, que era presidente estadual do PSL, enquanto ele e os demais edis haviam alcançado seus espaços por força própria. Pediu posicionamento da Casa a respeito. O senhor presidente determinou que a Diretoria Legislativa (Direl) oficiasse o secretário Alberto Pimentel. Pela ordem, o vereador José Trindade solidarizou-se ao vereador Henrique Carballal e lembrou o papel da Procuradoria Parlamentar sobre esse tipo de situação. Pela ordem, o vereador Moisés Rocha lembrou que o secretário Alberto Pimentel era reincidente em ofensas à CMS. Outros edis declararam solidariedade ao vereador Henrique Carballal. Dando seguimento ao Pinga-Fogo, o vereador Odiosvaldo Vigas comentou artigo sobre a Previdência nacional e sua possível Reforma. Destacou os impactos da Reforma nos municípios e expôs que ela retiraria a paridade entre os servidores públicos,

aumentando a alíquota de contribuição para alguns. Indagou sobre a não-taxação das grandes fortunas, apontando que 935 bilhões eram devidos pelos maiores devedores da Previdência. Concluiu dizendo que a Reforma prejudicaria o cidadão comum. Foi promulgada a Resolução n. 2.793/19. O senhor presidente parabenizou a vereadora Marta Rodrigues pela composição da Comissão provisória para acompanhamento da obra do Centro de Convenções. Em comunicação inadiável, o vereador Marcos Mendes relatou assembleia dos agentes de endemias da qual participou, na qual os agentes defendiam o piso salariam nacional que era negado pela Prefeitura, a qual recebia recursos federais para tanto. O vereador Luiz Carlos Suíca saudou os pares pela Sessão Itinerante realizada no dia anterior. Elogiou os agentes de endemias pela assembleia realizada pela manhã. Considerou que o Estatuto da Igualdade Racial aprovado não era o melhor, mas, o que fora possível, e destacou o apoio de vereadores brancos como Henrique Carballal e José Trindade, salientando, sobre o primeiro, seu conhecimento como professor de História e sua legitimidade como egresso do movimento estudantil. Associou-se quanto à agressão por ele sofrida, observando que o agressor não tinha alcançado posição pública por força própria. O vereador Orlando Palhinha elogiou a votação do Estatuto da Igualdade Racial, comentando sua participação no respectivo processo e lembrando que sua objeção fora apenas contra o artigo que entendia ser contrário aos evangélicos. Elogiou também a realização da Câmara Itinerante no dia anterior, afirmando que isso situava a Casa na realidade da Cidade. Comentou sobre o Projeto do *Built to Suit*, pedindo que seus pares o aprovassem, suprapartidariamente, no dia seguinte e explicando que ele permitiria aluguéis mais baratos. Foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores Hélio Ferreira (4 de junho) e José Trindade (3 de junho). O vereador José Trindade também tratou do Projeto do *Built to Suit*, opinando que, em tese, seria um bom Projeto, porém pecava quanto a mecanismos de controle. Salientou o papel da CMS diante de tal situação, parabenizando a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e seu presidente, vereador Alexandre Aleluia, pelas Emendas

“cirúrgicas” ao Projeto, como a que estabelecia a licitação como regra e a relativa a imóveis construídos até 1950, quando se mudaram os padrões arquitetônicos. Comentou sobre se ter como alvo o bairro do Comércio, perspectiva que defendeu pela valorização da área, lembrando outras ações nesse sentido. Lembrou ainda arquiteta de Lisboa que apresentara parâmetros para revitalização em Salvador. Considerou que o Executivo usava o secretário de Promoção Social e Combate à Pobreza, Leo Prates, ex-vereador, para pressionar a CMS, e refutou argumento do secretário que estaria em desacordo com a Lei de Licitações. O vereador Sílvio Humberto saudou a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, também o avaliando como o Estatuto possível. Parabenizou a atuação, a esse respeito, do vereador Moisés Rocha e salientou a presença do racismo na sociedade. Parabenizou ainda a condução do presidente Geraldo Júnior durante o processo e a atuação do vereador Henrique Carballal. Destacou a presença de representantes negros na CMS para defender o Estatuto e declarou que teria preferido que os opositores do Projeto tivessem sido convencidos, em vez de vencidos, observando a necessária prática da igualdade retoricamente pregada. Analisou o teor de Emenda, não-aprovada, que suprimiria direito e estimou a sanção do Projeto pelo prefeito. Elogiou a atuação do vereador José Trindade na intepretação de Emendas que ameaçavam o que era almejado pelo Projeto do Estatuto. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por quinze minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte à hora regimental. REGISTROS: registros do vereador Demétrio Oliveira.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO